

Lino Geraldo Resende

# GRAMSCI

Jornais e intelectuais





ensaios

Ideias e reflexões sobre temas da atualidade

Nº

4

Lino Geraldo Resende

# GRAMSCI

Jornais e intelectuais

Lino Geraldo Resende escreveu este ensaio para Seminário do Mestrado em História Política na Universidade Federal do Espírito Santo e ele foi também apresentado no Congresso da Associação Nacional de Pesquisadores em História (Anpuh), realizado em Vitória.

É formado em Letras, Comunicação e Direito. Especialista em Comunicação, pela Faculdade Cândido Mendes, e Mestre em História Política, pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Edição:



Comum Editora

Rua Luzia Grinalda, 550, Centro, Vila Velha, ES

CEP 29100-080 - Tel: (27) 3063-7025

[www.comum.net.br](http://www.comum.net.br)

Copyright © 2013 - Lino Geraldo Resende

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Vila Velha, ES, 2011

“Odeio os indiferentes. Acredito que viver significa tomar partido. Não podem existir apenas homens, estranhos à cidade. Quem de verdade existe e vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, é covardia!!! Não é vida. A indiferença é o peso morto da história. É a bala de chumbo para o inovador. É a matéria que se afogam freqüentemente os entusiasmos mais esplendorosos. É o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor que seus guerreiros. Odeio os indiferentes também porque me provocam tédio as suas lamúrias de eternos inocentes. Peço conta a todos eles pela maneira como cumpriram a tarefa que a vida lhes impôs e impõe cotidianamente, do que fizeram e sobretudo do que não fizeram. E sinto que posso ser inexorável, que não devo desperdiçar minha compaixão, que não posso repartir com eles minhas lágrimas. Sou cidadão, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura, que estamos a construir”.

Antonio Gramsci – La Città Futura – 26-09-1926

O objetivo deste ensaio é apresentar o pensamento de Antonio Gramsci, notadamente no que se refere aos intelectuais e à função por eles desempenhada na sociedade, olhando-a, sobretudo, do ponto de vista da ação política transformadora, do engajamento no meio social, o que os transforma em orgânicos. Ao mesmo tempo, o ensaio faz a ligação deste pensamento com a dissertação de mestrado que nos propusemos a desenvolver e não se esquece de, conforme metodologia do próprio Gramsci, situar a discussão sobre os intelectuais fazendo, dela, uma pequena gênese.

Palavras chave: intelectuais, política, ação cultural, participação orgânica, jornalismo e contra-hegemonia

## A QUESTÃO DOS INTELLECTUAIS

A discussão sobre os intelectuais e sobre que papel eles devem exercer na sociedade, não é nova. Como lembra Norberto Bobbio

“Ao menos desde A República de Platão os filósofos sempre se ocuparam e se preocuparam, ainda que sob denominações diversas, com o que fazem ou devem fazer os filósofos, isto é, eles próprios, na sociedade, com a influência que têm ou deveriam ter nas relações sociais (...)”.

O que ocorreu com Platão se repete, depois, em Kant, da mesma forma que havia ocorrido com quem precedera Kant, como é o caso de Aristóteles, perpassando séculos e desembocando na modernidade, com a acentuação da discussão sobre os intelectuais e seu papel sendo maximizado a partir do início do século XX. “O tema é antigo e perene porque, bem vistas as coisas, ele nada mais é do que um aspecto de um dos problemas centrais da filosofia, o da relação entre teoria e práxis”, afirma Bobbio.

Este assunto preocupa também Peter Burke. Ao desenvolver a história social do conhecimento, ele perpassa a questão, mostrando que o intelectual, embora o termo seja novo, existia, no Ocidente e no Oriente, não tendo,

conforme entende Jacques Le Goff, sua existência afirmada a partir da Idade Média e da divisão do trabalho. Burke admite que a ascensão do intelectual enquanto grupo se deu, efetivamente, a partir do final do século XIX, proporcionado por todo um debate na França sobre a condenação do capitão Dreyfuss.

Discorrendo sobre o assunto, Burke afirma:

“Uma visão comum sobre os intelectuais de hoje é que eles são descendentes da *intelligentsia* radical do século XIX, que são descendentes dos *philosophes* do Iluminismo, que são uma versão secular do clero protestante, ou descendentes dos humanistas do renascimento”.

O próprio Burke, no entanto, lembra Foucault para discorrer sobre a necessidade de se ver a história do conhecimento e, por conseqüência, dos próprios intelectuais, não como uma continuidade, mas como momentos, falando-se, neste caso, de conjunturas específicas e retirando da análise o “presentismo”, que, novamente fazer coro a Foucault, critica. De qualquer forma, marca a questão dos intelectuais não como algo surgido há pouco, mas vendo-a como uma questão de longa duração, que pode não ser contínua e linear, mas apresenta-se em vários momentos históricos. É nesse sentido que relata a marcada ação dos intelectuais no mundo islâmico, citando como exemplo os *ulemás*, que tinham, sobretudo, funções de ensino. No caso do islamismo um dos exemplos marcantes de intelectuais é o de Ibn Saud, conhecido no Ocidente como Avicena, considerado um dos precursores da medicina moderna.

Para confirmar sua afirmação da permanência da



questão dos intelectuais, Burke os vê na corte do imperador chinês, onde exerciam tarefas de controle. São os shen shi, que angariaram muito poder, exatamente por interpretar a vontade de quem, para os seus súditos, era um deus.

Diferentemente de Bobbio e Burke, Jacques Le Goff, um dos mais aclamados historiadores franceses, situa a gênese dos intelectuais na Idade Média. Ao explicar o próprio termo intelectual, Le Goff afirma:

“Entre tantas palavras: eruditos, doutos, clérigos, pensadores (a terminologia do mundo do pensamento sobre foi vaga), essa designa um meio de contornos bem definidos: o dos mestres de escola. (...) Designa aquele cujo ofício é pensar e ensinar seu pensamento. Essa aliança da reflexão pessoal e da sua difusão num ensino caracterizava o intelectual”.

É esta caracterização de Le Goff que temos presente, marcando o trabalho intelectual como o de alguém que pensa e que transmite, ou ensina, o que pensa. O autor reconhece, na linha de Burke e de Bobbio, que havia, antes do que estabeleceu como intelectual, o que chama de trabalho de espírito, mas insiste em que, marcadamente, o intelectual pode ser reconhecido pelo seu ofício, que é pensar.

A caracterização do intelectual que Le Goff foi buscar na Idade Média, constituindo-os como categoria é o que vimos, ainda, no início do século XX quando Antonio Gramsci, após ampla militância política, seria preso e confinado pelo regime fascista de Mussolini, com o objetivo precípua de impedir de pensar, o que, evidentemente,

não aconteceu. Sua prisão, na verdade, acabou funcionando como estímulo a todo o seu pensamento e elaboração crítica, com a criação de modelos de análise que são mais atuais do que nunca.

Compreendida a permanência da questão intelectual que, como observam Bobbio, Burke e Le Goff, não é recente, é preciso, antes de discutir a questão afeita a Gramsci e ao que ele refletiu sobre os intelectuais, situar – outra recomendação feita por ele – o momento histórico e a conjuntura em que sua reflexão ocorreu.

## **PARTICIPAR OU SE ENCASTELAR**

A passagem do século XIX para o século XX trouxe com ela uma série de novas questões, começando por uma grande guerra que, na época, envolveu toda a Europa e gerou, quando terminada, uma ampla discussão. Nela, envolveram-se, também, os intelectuais. Ao mesmo tempo, o fim da guerra trouxe, para o mundo, a novidade da Revolução Russa, com a tomada de poder pelos bolcheviques, constituindo-se no primeiro regime marxista da história. Ao lado disso, a Europa, notadamente nos países centrais, viu o desenvolvimento dos partidos de massa, como na Itália, com Mussolini, e Hitler, na Alemanha, que ganharam uma feição totalitária, usando a democracia parlamentar para chegar ao poder e, a partir daí, se impor sobre os dois países e sua população, parte da qual os havia apoiado.

Este contexto, de exaltação, de um lado, e desânimo, do outro, é ressaltado por Milton Lahuerta, que o julga importante para situar o pensamento de Gramsci. O aspecto de desânimo, de acordo com Lahuerta, se dava porque o caminho humanista nascido com a iluminação havia tomado um outro rumo. O totalitarismo, de um lado, e o liberalismo, de outro, faziam com que os intelectuais não vissem muitas saídas, proporcionando toda

uma discussão sobre participação na vida política ou o encastelamento. Neste panorama, a vitória de Lênin e dos menos favorecidos na Rússia foram vistos como caminho para a transformação da Europa, que poderia ganhar regimes e políticas diferentes.

Há, em relação à época em que Gramsci, no cárcere, falava dos intelectuais, um amplo debate na Europa sobre o papel que eles deveriam exercer, o que é bem ilustrado por Bobbio ao relatar as posições – e as preocupações – de nomes consagrados como Julien Benda, Karl Mannheim, Ortega y Gasset e do próprio Gramsci. Toda a discussão girava sobre se o intelectual devia ou não tomar partido, tornar-se participante, integrando-se ao movimento social e ajudando na transformação da sociedade. Benda, Mannheim e Ortega y Gasset, como observa Bobbio, eram contra a participação política do intelectual. Gramsci, que na prisão refletia sobre o tema, tinha posição diferente, afirmando que o papel do intelectual é envolver-se, transformando-se em orgânico e, com isso, contribuindo para a mudança.

A discussão era pertinente para a época, pois o que se via, como observou o próprio Gramsci, era o intelectual apartado do social, agindo de forma autônoma e sem nenhuma ligação com a militância política. Uma boa parcela dos intelectuais adotou este comportamento, mas o próprio clima vivido pela Europa, sobretudo com a ascensão do nazismo, na Alemanha, e do Fascismo, na Itália, fez com que, de um lado, a indiferença para com o real aumentasse, mas, de outro, acabou por tirar importantes intelectuais do imobilismo, levando-os a tomarem partido. É nesse contexto que ampliou-se o apoio ao

socialismo, até como forma de opor-se ao nazifascismo, que era uma opção, desde então, enxergada como o pior caminho a se seguir.

É nesta oposição, que coloca de um lado, o nazifascismo, e do outro os que se lhe opõem, que Gramsci desenvolve o seu pensamento. Alinha-se, então, à corrente que defende a ação dos intelectuais vinculados à sua realidade, defendendo valores, não interesses. É exatamente o que Gramsci irá fazer, formulando um novo entendimento para quem é intelectual e para o trabalho que os chamados intelectuais devem exercer. Se o intelectual deve ser atuante, justifica-se, então, a posição de Gramsci que diz odiar os indiferentes.

O caminho da participação, que Gramsci tomou, não foi percorrido por ele sozinho. Em toda a Europa os intelectuais, até por serem premiados pela realidade, tomaram partido, agiram, atuaram. Em alguns casos, até os que defendiam a neutralidade, acabaram por tomar partido e, outros, que não o fizeram, mais tarde lamentaram não tê-lo feito. Só que Gramsci fez muito mais do que defender o engajamento intelectual. Ele acabou formulando um modelo, construindo um método que, a partir de então, tirou os intelectuais de trás das cortinas e os colocou no prosclênio da ação política. Gramsci deu ao intelectual uma outra dimensão, constituiu-o em objeto de análise e de pesquisa, fazendo com que, desde então, não mais se separe pensamento e ação, pois, na formulação gramsciana, o primeiro só é válido quando casado com o segundo.

É a partir dessa nova premissa que podemos, nos dias

atuais, voltar a discutir o papel dos intelectuais usando a formulação de Gramsci, chegando à ação por eles adotadas hoje e mostrando como podem – e devem - participar da vida política. A reflexão permite, ainda, casar alguns dos princípios pregados por Gramsci, quando faz a tipologia do intelectual e define seu papel, ao trabalho desenvolvido pelo jornal Posição, que circulou no Espírito Santo, durante a ditadura militar e que, conforme iremos demonstrar, agiu no sentido defendido pelo teórico italiano, trabalhando no sentido de promover a transformação da sociedade através da busca pela democracia.

## A FORMULAÇÃO DE GRAMSCI

Quem são os intelectuais? Qual é o papel dos intelectuais? Existem categorias de intelectuais? Qual é a sua origem e formação?

Estas são apenas algumas das perguntas que Gramsci procurou responder. E começou com um conceito revolucionário ao dizer, conforme lembra Carlos Nelson Coutinho, que “todos os homens são intelectuais”. O que acontece é que nem todos exercem a função de intelectual. É nesse sentido que o empresário pode ser chamado de intelectual, já que se especializou em uma área e, ao atuar no dia-a-dia nesta sua área de especialização, pode acabar por exercer um papel intelectual, ensinando ou procurando até transformar a atividade que exerce.

Saímos, então, do conceito de intelectual como homem de letras e ganhamos, na formulação de Gramsci, o conceito de intelectual como quem age. É na ação, efetivamente, que se dá o trabalho intelectual. E é esta ação que transforma o intelectual em orgânico. Ademais, os intelectuais, ao contrário do que dizem os que antecedem Gramsci, não são autônomos e, tampouco, independentes

dos grupos dominantes. Eles são, na verdade, “instrumentos para o exercício da hegemonia social e governo político”, daí o trabalho que fazem de traduzir o consenso das massas em orientação social.

O que Gramsci fez foi ampliar a ação do intelectual, pensando-o de forma diferente e lhe dando um caráter de formulador que, antes, ninguém havia pensado. O intelectual surgido da formulação de Gramsci é absolutamente original, pois não guarda nenhum traço do que, antes, se pensava dele: um homem reflexivo, que procurava, de longe, explicar o mundo, não transformá-lo. Estava criado o intelectual orgânico, o que age, que atua, participa, ensina, organiza e conduz, enfim, se imiscui e ajuda na construção de uma nova cultura, de uma nova visão de mundo, uma nova hegemonia. E este intelectual nascia em contraposição àquele que está afeito apenas à formulação teórica, mas não tem qualquer aproximação com o empírico. O que Gramsci nos ensinou é que a teoria só tem sentido quanto é testada na prática, daí, por exemplo, a sua profunda reflexão sobre o porquê do fracasso da revolução socialista no Ocidente.

Há, ainda, por destacar nesta nova formulação o seu valor revolucionário, já que Gramsci, ao afirmar que todos somos intelectuais, acaba com uma pretensa divisão do trabalho, mostrando que o intelectual é também um trabalhador e, como ele, está sujeito à venda da única mercadoria que possui, que é o seu próprio trabalho de pensar e de ensinar. Ao mesmo tempo em que amplia a ação do intelectual, Gramsci o recoloca junto de uma classe, ligando-o a ela e diferenciando-o apenas em função das tarefas que irá exercer. Neste sentido, o trabalho



intelectual não existe por si só, mas é uma função que se exerce no dia-a-dia, na organização, na difusão de idéias e na ação.

Olhando o intelectual dentro do conceito ampliado, Gramsci pode dizer que “cada grupo social (...) cria para si, ao mesmo tempo e de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e a consciência da própria função” e é neste momento que Gramsci explica que os camponeses italianos, por não possuírem seus intelectuais orgânicos, acabam sem uma identificação de classe e, por isso, ligada às classes hegemônicas.

Reforçando a classificação de que não existem não intelectuais, Gramsci comenta:

“Na verdade, o operário ou o proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (...) em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” .

Daí Gramsci afirmar, em seguida, que todo homem é um intelectual, mas nem todos desempenham esta função na sociedade. A distinção entre um e outro é, nada mais, nada menos, que uma referência à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais. “Em suma, todo homem, fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer”, afirma, reforçando sua assertiva. A partir desta constatação, o que Gramsci busca é a criação de uma “nova camada intelectual” , o que ele chama de

elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um de nós.

Identificado que todos somos intelectuais, embora, às vezes, não exerçamos este papel, Gramsci começa a traçar o perfil do intelectual orgânico fazendo, em primeiro lugar, a sua contraposição ao intelectual tradicional, que chama de vulgarizado, e que tem o seu protótipo no literato, no filósofo e no artista. Um exemplo deste tipo de intelectual é, na acepção de Gramsci, o jornalista, que se julga, literato, filósofo e intelectual. Mas o jornalista pode, também, exercer um papel orgânico ao contribuir para a mudança da sociedade ou, mesmo, para a manutenção da hegemonia vigente.

Diante dessas formulações podemos responder à primeira questão, dizendo que intelectuais todos são, mas que há uma hierarquia entre eles, começando por quem é orgânico e está intimamente ligado ao trabalho de construção de uma nova visão de mundo, que se contrapõe ao intelectual tradicional, que é desligado de sua classe e se julga autônomo em relação à sociedade civil.

Ao intelectual que se encastela, que olha o mundo de cima, Gramsci propõe o intelectual que pensa e age. Mas nada melhor do que suas próprias palavras:

“O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloqüência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista

da história, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a “dirigente” (especialista mais político)”

Como se vê, Gramsci começa a apontar para a segunda pergunta deste tópico, dando início ao traçado do que deve ser o papel do intelectual. E é a partir deste ponto, e com base no estudo da situação da Itália, que avança, estabelecendo uma nova tipologia para o intelectual e o papel que ele deve – e não pode – desempenhar na sociedade. Um dos papéis é ligar os elos da superestrutura mediante a interpretação do senso comum e visando a transformar a ideologia que perpassa a sociedade civil em ideologia hegemônica, unindo, assim, a sociedade em torno de um objetivo político. Como toda interpretação de Gramsci se prende ao político, é para a política que o intelectual deve se voltar. E no caso do intelectual orgânico, seu principal papel é de organizador, ao que deve seguir o dirigente e o educador. As funções, aliás, se realizam juntas, dando ao intelectual um papel político qualificado e tornando-o em vanguarda, não no sentido de ir à frente, mas de preparar a sociedade, através de criação de uma nova visão de mundo, para as mudanças necessárias no Estado e na política.

Gramsci explica:

“Poder-se-ia medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de or-

ganismos chamados comumente de “privados”) e da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “justo” .

Nessa nova ótica, o intelectual é o “comissário” do grupo dominante, ficando responsável, em primeiro lugar, pela criação do consenso que vai unir a sociedade e, em segundo, pela construção do aparato de coerção estatal, justificando-a. O novo papel do intelectual, por isso mesmo, insere-se na ampliação do conceito proposto por Gramsci, não deixando, ainda, de considerar que há uma divisão do trabalho intelectual e, como conseqüência, uma gradação de qualificação, partindo, dessa divisão e hierarquização, sua analogia com a organização militar, que é piramidal, com linha de comando e divisão de tarefas.

A tarefa final do intelectual seria, mesmo, a de criação e organização de uma cultura, contribuindo para o surgimento e consolidação de uma ideologia, que vai, conforme afirma o próprio Gramsci, perpassar toda a sociedade, dando-lhe solidez e fazendo com que haja, por parte do grupo de comando, hegemonia. Em relação à organização da cultura, Carlos Néelson Coutinho lembra que, expressamente, Gramsci não falou sobre o tema quando desenvolveu o seu conceito de intelectual e traçou para eles o papel que deveriam desempenhar. Considera, no entanto, que isto é evidente, uma vez que o principal objetivo de Gramsci era político e a política, como tal, faz parte da cultura, o que leva ao seu desenvolvimento para que possa se tornar hegemônica.

Baseando-se no que disse Coutinho, pode-se avançar e ver nesta função dos intelectuais o papel que Gramsci para eles reserva dentro do partido, dizendo que nada é mais exato do que considerar que todos os membros de um partido devam ser intelectuais, o que o leva a pensar no partido como intelectual coletivo.

Constatado, como já o fizemos, quem são os intelectuais e qual o papel que exercem na sociedade, é preciso responder se existem categorias de intelectuais. Gramsci afirma que sim e começa por dividi-las em duas. De um lado, coloca os intelectuais tradicionais, que agem como literatos, olham a realidade de longe e não se envolvem com a mudança, embora, com suas formulações, ajudem a consolidar a ideologia dominante, criando, com o seu uso e a agregação do senso comum, uma visão de mundo que gera o consenso e solidifica a sociedade.

Ao intelectual tradicional, Gramsci contrapõe o orgânico, que se envolve, que participa, que está ligado à sua classe, a um segmento da sociedade, que age politicamente e que, assim, ajuda na mudança, criando uma nova cultura de onde vai derivar uma nova ideologia, uma nova visão de mundo e, por conseguinte, um novo grupo hegemônico. A construção de Gramsci, não é preciso lembrar, dizia que este novo grupo era o proletariado, que deveria travar uma guerra de posições com a burguesia, conseguindo aliados e, com eles, conquistando o poder para, então, fazer-se hegemônico.

Voltando à questão, Gramsci alinha, tomando como base o desenvolvimento histórico, algumas categorias de intelectuais: aristocracia togada, administradores, cien-

tistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, todos eles colocados, de certa forma, como coadjuvantes da grande categoria de intelectuais que são os eclesiásticos, responsáveis pela visão de mundo proporcionada pelo cristianismo, que se espalhou para o mundo todo e deu unidade à civilização ocidental, o que Gramsci considera uma ação orgânica. A estas “velhas” categorias, ele acrescenta uma nova, a do intelectual orgânico, aqui já tipificado, inclusive por suas ações.

A análise de situação feita por Gramsci é concluída quando mostra como são formados os intelectuais e de onde eles vêm. Como parte da sociedade, eles podem tanto ser urbanos como rurais. Gramsci aliás observa que boa parte dos intelectuais agregados aos grupos hegemônicos vem do meio rural, mas não se sentem ligados à sua classe, usando sua ação para a reprodução da dominação, não para mudá-la. Os intelectuais urbanos são mais standartizados, mais afeitos a determinados padrões, enquanto os rurais são mais tradicionais. Nisso, Gramsci vê o reflexo da própria dinâmica da sociedade, com o meio rural mais conservador do que a cidade. A tipologia, no entanto, acaba por retomar, como lembra Cerqueira Filho, à classificação dual que Gramsci fornece dos intelectuais, que como vimos, podem ser tradicionais ou orgânicos, distinguindo-se, um do outro pela ação. Aliás, pode-se lembrar que Gramsci, por ser marxista, trabalha sempre com um processo dialético, que é dual, o que o leva a pensar em oposições e em circularidades, já que, conforme frisaré em outro momento, a construção começa, mesmo, no início da destruição.

Tanto os intelectuais tradicionais, quanto os orgâni-

cos podem vir dos mesmos segmentos, isto é, das áreas urbana ou rural. Sua formação inicial é a escola, que Gramsci considera, o instrumento para elaborar o intelectual de diversos níveis. A escola fornece o ferramental básico, que terá de ser desenvolvido, coisa que o próprio Gramsci fez, valendo-se de leituras e aprendendo na sua própria ação. A partir daí, o intelectual orgânico, pode-se dizer, se constrói na sua atividade, ensinando, mas aprendendo, agindo, mas observando, enfim, vivenciando uma realidade e ajudando na sua transformação, com o objetivo de se conseguir uma nova realidade.

É por isso que Gramsci, valendo-se da hierarquização entre intelectuais, coloca os professores e jornalistas – que havia criticado antes, dizendo serem pretensos intelectuais – em um primeiro nível de organicidade. E isto se dá por serem, os dois, instrumentos de ensino, em primeiro lugar, e de mudança, com o ensino marcando, mais ainda, a função do professor, que se transforma em um formador de novos intelectuais e, com isso, pode contribuir para que os formados sejam orgânicos, não tradicionais.

Olhando-se a questão sob a ótica da interpretação dada por Carlos Nélon Coutinho, podemos pegar as perguntas iniciais e respondê-las, definindo o intelectual sob uma forma geral e uma particular. Na primeira, ele é resultado de relações entre classes. Na segunda, de relações sociais de produção, podendo ser ligados às suas classes de origem ou aderirem a uma outra classe, autônomo na sua ação, mas vinculado às suas funções e às contradições concretas da sociedade. Não se pode comparar a autonomia antevista por Gramsci à autonomia dos intelectuais tradicionais, que não estavam ligados por origem ou por

adesão a uma classe. Eles se consideravam acima de classes e não tinham um sentido de pertencimento, a não ser em relação ao grupo hegemônico, para quem exerciam o seu papel, consolidando, como já dito, a sua ideologia. Gramsci cita Benedetto Croce como um exemplo perfeito deste tipo de intelectual.

A posição de Gramsci fica cristalina se olhada a análise feita por José Luís Bendicho Beired:

“Pode-se concluir então que: a) a atividade intelectual deve ser analisada no conjunto das classes sociais em que ela é desenvolvida; b) o intelectual é um agente socialmente determinado; e c) os intelectuais distinguem-se por desempenharem certas funções quer nos processos de reprodução quer nos de transformação da ordem social”.

E é o próprio Bendicho Beired quem afirma que a análise de Gramsci se centra na demonstração do papel – conservador ou transformador – do intelectual como figura “que organiza a cultura e os homens; que articula o centro do aparelho estatal do poder com o restante do corpo social; e que ao produzir ideologias fornece consciência e homogeneidade às classes que representa”.

O que Gramsci propõe, no final, é uma mudança no intelectual, que deixa de ser tradicional para se transformar em orgânico. Nele, como no próprio Gramsci, não há lugar para o pessimismo, para o desânimo. Este novo intelectual se distingue pela especialização técnica, pelo trabalho coletivo, por uma disciplina no trabalho. São eles os responsáveis pelo nexos teoria-prática, pelo encontro entre elites e povo ou, dizendo em outras palavras, pela criação da vontade nacional-popular.



## A QUESTÃO DO JORNALISMO

Ao lado de toda uma reflexão sobre os intelectuais e o papel que devem representar na sociedade, Gramsci se debruçou, também, sobre um ofício que ele dominou, que é o jornalismo. Olhando-se a questão dos dias de hoje e tomando-se por base as teorias contemporâneas sobre o assunto, o que se vê é a atualidade do pensamento gramsciano, que se mantém atualizado quando relaciona procedimentos e formas de se desenvolver o que se pode considerar um bom jornalismo e o poder de transformação que a mídia possui e como deve exercê-lo.

O que Gramsci pontua sobre conteúdo e forma, descontando-se o tempo de suas formulações, também podem ser considerados pertinentes, pelo menos nos princípios que recomenda. O que difere a apreciação do teórico italiano do desdobramento que se deu, ao longo dos anos, na área jornalística, é o fato de, desde o princípio, ele assumir que é preciso ter lado, o que se contrapõe à objetividade e à imparcialidade pregadas pelo jornalismo contemporâneo. Uma questão, aliás, que está sendo superada, já que, conforme lembra muito bem o próprio Gramsci, não é possível ao jornalista – ao intelectual ou a qualquer outra pessoa – entender o mundo sem que, para fazê-lo use o seu enquadramento, dentro da

visão de Scheufele , cujo conceito, por sinal, está muito próximo do que Gramsci chama de visão de mundo.

Empenhado em promover uma mudança na Itália e usando o seu ofício de jornalista para o exercício dessa mudança, Gramsci considera que um dos primeiros pontos do jornalismo é a crítica constante, feita pelos leitores, que deve servir como embasamento para a ação do jornal, da revista ou de qualquer outro veículo de comunicação. Para Gramsci as revistas têm força transformadora e não foi por acaso que, assim, ele construiu o *Ordine Nuovo*, colocando-se do lado do ensino, que vê como função permanente do jornalista. Este ensino, como já deixou claro ao tratar do papel dos intelectuais, deve ser cumulativo, pode e deve ser repetido, mas sempre de modo criativo, considerando que a repetição funciona como um mecanismo de fixação do que foi difundido.

Na apreciação que faz dos jornais e revistas Gramsci procura mostrar o caminho seguido por elas e oferecer uma visão de como ele vê o jornalismo. Um dos primeiros tópicos que o preocupa é a adequação do que será publicado com o ambiente cultural a que se destina,, o que remete à clareza do texto e do seu significado. Talvez seja esta preocupação que o leva a recomendar que o jornalista trabalhe “sobre a base real e da experiência efetiva” . Considera, ainda, que um dos papéis do jornalista é informar e formar pelo exemplo, o que ele fez ao longo do tempo em que ficou livre, sobretudo em Milão, envolvendo jovens acadêmicos e ensinando-lhes a pensar e a agir.

Ao jornalista, Gramsci atribui o trabalho de, com a

publicação em que trabalha, criar o que chama de consciência coletiva homogênea, o que é feito analisando-se e vendo-se a situação no seu todo, fazendo-se o percurso da periferia para o centro, sempre levando em conta a materialidade do que está sendo reportado e ligando-o à cultura da área a que se destina. É neste ponto que ressalta o valor da repetição e chama a atenção para a necessidade de se ter uma idéia de contexto, levando em consideração não só o processo histórico, mas mantendo o foco na cultura ou na visão de mundo do leitor. O que ele busca, com estes ensinamentos, é adequar a linguagem ao público alvo da publicação e, nesta busca, o domínio da linguagem e da língua é essencial, um ensinamento que qualquer teórico contemporâneo adotaria e endossaria.

Se ao jornalista cabe agir como consciência coletiva homogênea, contribuindo, com isso, para a formação da visão de mundo dos leitores, o seu papel é de educador e ao induzir ao aprendizado deve fazê-lo tendo em mente que a aquisição de conhecimento demanda tempo, é gradual, mas é, também, como frisado por Gramsci antes, cumulativo. Assim trabalhando, o jornalista – e o seu trabalho – irá construir uma homogeneidade, que deve, por sinal, ser vista como um ponto de chegada, não de partida.

O jornalista age, no seu trabalho, como um formador de opiniões e este é um papel que Gramsci traçou para o intelectual, que deve ser orgânico, participar da transformação do meio em que vive e, ao mesmo tempo, ajudar na difusão de uma ideologia, que vê perpassando e dando consistência à sociedade, construindo, com isso, uma nova visão de mundo, uma postura e uma recomendação

recorrente quando Gramsci fala da ação e do papel que os intelectuais devem ter.

Ao apreciar o meio e os que nele trabalham e, ao mesmo tempo, recomendar posturas e aconselhar caminhos, Gramsci defende, mais uma vez, a questão da totalidade, que só pode ser apreendida quando se tem o conhecimento das partes. É por isso que recomenda aos jornais da capital que busquem informações sobre os Estados, regiões, vejam suas peculiaridades e, a partir da junção das várias partes estudadas, mostrem o todo. A melhor indicação para este caminho é o estudo da questão meridional. Nela, Gramsci adota a metodologia que recomenda e, ao final, depois de analisar as partes, vê que estava não diante de uma questão conjuntural, mas estrutural, o que demandava uma mudança de estrutura para que fosse resolvida.

Tudo isso, voltando ao pensamento original de Gramsci, deve ser feito levando-se em conta o contexto, que explica, está afeito ao meio onde as pessoas produzem e se reproduzem. Assim, não se pode abordar uma questão inglesa sob a ótica latino-americana, por exemplo. O resultado da abordagem estaria fora do contexto cultural em que a questão ocorreu e, portanto, sua explicação pode não ser válida quando ela é descontextualizada. Mas isso não é o suficiente, pois a análise, ao ser feita, deve levar em conta semelhanças, divergências, avanços e recuos. Somente com uma análise comparativa é que o âmago da questão será revelado e passará a ser entendível para o leitor. O papel final do jornalista, neste sentido, é transformar-se em desmistificador.

Mais uma vez, as recomendações de Gramsci encontram eco em qualquer bom manual de jornalismo, editado na contemporaneidade, e podem ser patrocinadas pelos estudiosos do campo de jornalismo. Afinal, consistência, adequação, análise de contexto, linguagem clara e direcionamento de público são quesitos sobre os quais os jornalistas, se não se baseiam, deveriam se basear para a divulgação de informações.

## GRAMSCI, INTELECTUAIS E IMPrensa ALTERNATIVA

Ao olhar o trabalho intelectual e se debruçar sobre o jornalismo, Antonio Gramsci nos fornece ferramentas preciosas para a análise do meio jornal e, através dele, como agem os intelectuais que o integram. É neste sentido que se torna pertinente a análise que nos propusemos a fazer do jornal Posição, que, na sua ação, pode ser vista em três momentos que se enquadram no método explicitado por Gramsci e na própria teorização que fez, o que pretendemos, esteja claro ao final deste ensaio.

“Durante os quinze anos da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica” informa Bernardo Kucinski em sua tese de doutorado que virou livro e que retrata a trajetória deste tipo de imprensa no Brasil, bem como dos jornalistas, seus integrantes e, muitas vezes, personagens.

A questão dos jornais alternativos ou nanicos, como eram chamados, não foi, durante muitos anos, objeto de estudos mais detalhados. A situação mudou e um bom

número de estudos tem sido desenvolvidos nos últimos anos. Muitos deles, no entanto, prendem-se a um dos aspectos basilares do relacionamento do regime militar com a mídia, que foi a censura, e é sob esta ótica que vêm os jornais que fugiam à classificação de grande imprensa. Neste sentido, um dos estudos fundamentais é o da professora Maria Aparecida de Aquino, que fez um comparativo entre a ação da censura em O Estado de São Paulo e em Movimento. A este respeito, a bibliografia levantada por Kucinski é reveladora e lista uma série de trabalhos que nos permitem entender a censura e como ela agiu, em relação a mídia e à cultura. A reflexão que Kucinski faz é que os jornalistas envolvidos na publicação dos chamados jornais alternativos eram, ao mesmo tempo, profissionais e revolucionários, já que estavam comprometidos com um objeto comum, que era a volta da democracia ao país. Pode-se dizer, então, que no conceito de Gramsci, eles estavam agindo de forma orgânica, investindo na modificação da hegemonia vigente e, por isso, agindo, enquanto intelectuais, de maneira contra-hegemônica. Gramsci, por sinal, não fala em contra-hegemonia, mas como deixa claro que a hegemonia é uma construção permanente e admite que haja uma perda dela ou sua substituição por outra, permite-nos entender, então, que ao se buscar uma nova hegemonia o trabalho feito é, nada menos do que contra-hegemônico, o que, aliás, se insere na dialética da construção-desconstrução.

Há, ainda, em relação a Posição um outro momento a considerar, baseando-se na Teoria Ampliada de Partido de Gramsci. Um jornal, nos lembra Gramsci, pode funcionar como um partido, quando procura instruir seus leitores,

fazendo com que adquiram uma nova visão de mundo, já que, neste caso, está formulando uma nova ideologia e, com ela, buscando deslocar o comando hegemônico existente. Age, neste sentido, tanto no lado da construção de uma nova hegemonia, quanto da ação contra-hegemônica. Como Gramsci frisa, o momento da desconstrução é o mesmo do início de uma nova construção, dando, novamente, sentido dialético ao trabalho.

Ainda sobre a mesma questão, mas vendo-a de uma ótica diferente, já que não vivenciou o regime autoritário brasileiro, Anne-Marie Smith acrescenta à análise da professora Maria Aparecida Aquino um novo componente, que é o consentimento dos grandes jornais – grande imprensa – à censura praticada no país. Ela é enfática, para não deixar qualquer dúvida: “O consentimento da imprensa era virtualmente total”. A situação não era diferente no Espírito Santo e a grande imprensa, aqui como nos maiores centros, aceitou de forma pacífica e sem contestação a censura.

Este é o contexto do nascimento, vida e morte do jornal Posição, um jornal alternativo e nanico, no conceito de Kucinski, e que navegava na contramão da complacência com o regime, como proposto por Smith. Foi neste jornal que durante mais de 70 edições, jornalistas de vários matizes atuaram, procurando mostrar aos leitores, formadores de opinião, que a realidade era diferente da veiculada pela grande mídia e, ao mesmo tempo, trabalhando a questão da volta ao regime democrático, algo que estava distante dos meios noticiosos que não eram nem nánicos, nem alternativos.



Retratar o jornal *Posição* e como ele mostrava a nossa realidade é o objetivo do nosso projeto de pesquisa e, como a ação do jornal está intimamente ligada aos jornalistas que nele trabalhavam e que com ele colaboraram, a conceituação de Gramsci vai nos ajudar a entender esta ação e situar, no contexto do Espírito Santo e da mídia censurada, o trabalho do jornal e de seus jornalistas.

Ao erigir um novo intelectual, que chamou de orgânico, e que anteviu como participante, integrado mesmo a uma transformação da sociedade ou à sua consolidação, Gramsci criou um conceito geral de intelectual e avançou desenvolvendo um método para que se avalie o trabalho dos intelectuais. O que resultou de suas reflexões foi uma teorização sobre o intelectual e seu trabalho, categorizando um e outro e permitindo, com isso, que se use os conceitos para fazer a avaliação do trabalho concreto desenvolvido por um intelectual ou um grupo deles em uma situação específica, como é o caso do jornal *Posição*.

A pergunta que ocorre é: Os jornalistas que atuam no jornal *Posição* eram intelectuais orgânicos? A resposta, à primeira vista e sem demandar uma análise mais profunda, é sim. E pode ser assim respondida tomando-se a própria tipologia do intelectual orgânico no modelo gramsciano – ou refletindo a própria trajetória de Gramsci. Uma das características apontadas nesta tipologia é o trabalho para a criação de uma nova visão de mundo, contrapondo-se à visão hegemônica de momento, o que é feito no trabalho de educação e de formação de novos segmentos políticos. O intelectual, neste caso, é um homem de ação, entendendo-se ação como participação ativa no trabalho de mudança. E foi exatamente isso que

aconteceu enquanto o jornal Posição circulou. Em todos os seus números, mostrando o que vinha ocorrendo no “mundo real” - não no que o regime dizia existir - ele contribuiu para aclarar opiniões e, com isso, mudar posições, levando a uma tomada de consciência contra o discurso e a política oficiais..

Neste sentido, confirma-se a resposta à pergunta formulada em relação ao jornal Posição. Os jornalistas que nele atuaram podem, sim, serem considerados orgânicos, já que se enquadram na tipologia desenvolvida por Gramsci. Ao mostrar um Estado diferente, contrapondo-se à grande mídia, e ao lutar pela democracia, com o fim do regime militar – e de uma visão de mundo – o jornal Posição e, com ele, seus jornalistas, agiram de forma orgânica. Cumpriram o papel de agentes de uma nova ideologia, a democracia, que se contrapunha ao autoritarismo do regime militar.

Ao desenvolver o trabalho, o jornal acabou por mostrar as contradições sociais, revelando que, ao contrário do discurso oficial, não vivíamos em uma sociedade sem problemas, sem contradições, oferecendo uma visão diferente da realidade da grande mídia. Ao mesmo tempo, dava voz a quem não a tinha, fruto do alinhamento de jornais, rádios, revistas e televisões com o Governo, consentindo com a censura que praticava. Indo um pouco além, Posição cuidava de difundir os benefícios de um regime democrático, que permitiria a discussão das contradições da sociedade, provocando a busca de soluções para os seus problemas.

Os jornalistas, no caso de Posição, se engajaram não

só na busca de um novo regime, e com ele de uma nova ideologia, como cumpriram, como Gramsci recomendou, o seu papel, contextualizando, mostrando semelhanças e diferenças, avanços e recuos e, sobretudo, exercendo a repetição, que na metodologia gramsciana exerce papel de reforço no aprendizado. Os jornalistas de Posição, neste caso, se colocaram na vanguarda política, já que não há dúvida de que estavam agindo politicamente. Para comprová-lo basta recorrer aos inúmeros exemplos dados por Bernardo Kucinski, que ouviu dezenas de jornalistas que, ao longo da ditadura, trabalharam em jornais alternativos.

A teoria nos fornece um modelo e embora este modelo não esteja relacionado ao real, ele só é válido quando pode ser provado empiricamente. No caso do jornal Posição, nossa pesquisa pretende mostrar que, em relação à ação dos jornalistas que nele trabalharam, a conceituação de Gramsci para intelectual orgânico se aplica integralmente. Também se aplicam a questão do trabalho contra-hegemônico e, ainda, à conceituação da Teoria Ampliada dos Partidos. O que o trabalho pretende é, ao mostrar a ação de Posição, usar os conceitos de Gramsci, para comprovar que o trabalho desenvolvido pelos jornalistas de Posição foi orgânico e que eles podem ser enquadrados, em toda sua plenitude, no modelo desenvolvido por Antônio Gramsci.

## Referências

1. Bobbio, Norberto. Os intelectuais e o poder. São Paulo, Unesp, 1996, p. 109
2. Burke, Peter. Uma história social do conhecimento – De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2003, p. 26
3. Le Goff, Jacques. Os intelectuais na Idade Média. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. 2003, p. 23
4. Lahuerta, Milton. Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo) in Aggio, Alberto (Org). Gramsci – A vitalidade de um pensamento, São Paulo, Unesp, 1998, p. 133-139.
5. Bobbio, Norberto. Op. Cit., p. 32-33
6. Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 217
7. Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 218
8. Gramsci, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s\d, p. 7
9. Gramsci, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s\d, p. 10
10. Gramsci, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s\d, p. 11
11. Gramsci, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s\d, p. 11-12
12. Gramsci, Antônio. Os intelectuais e a organização

- da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s\d, p. 12-13
13. Coutinho, Carlos Nelson. Op. Cit.
  14. Cerqueira Filho, Gisálio. A figura do intelectual e a formação discursiva investigada in A questão social no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, p. 46
  15. Coutinho, Carlos Nelson. Op. Cit. P. 45
  16. Beired, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais in Aggio, Alberto (Org), Op. Cit. p. 124
  17. Beired, José Luís Bendicho. Op. Cit. p. 127
  18. Beired, José Luís Bendicho. Op. Cit. p. 128
  19. Scheufele, Dietram. Framing as a Theory of Media Effects in Journal of Communication, 49, p. 103-122
  20. Gramsci, Antonio. Os intelectuais..., p. 159
  21. Gramsci, Antonio. Op. Cit. p. 181
  22. Kucinski, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo, Edusp, 2003, p. 13
  23. Smith. Anne-Marie. Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2000
  24. Smith. Anne-Marie. Op. Cit. p. 11

## **Bibliografia**

Aggio, Alberto (Org). Gramsci, a vitalidade de um pensamento. São Paulo, Unesp, 1998.

Aquino, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário 1968-1978, Bauru, SP, Edusc, 1999.

Beired, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais in Aggio, Alberto (Org). Gramsci, a vitalidade de um pensamento. São Paulo, Unesp, 1998.

Bobbio, Norberto. Os intelectuais e o poder. São Paulo, Unesp, 1997

Burke, Peter. Uma história social do conhecimento – de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003

Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1981.

Coutinho, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da cultura, Revista Temas de Ciências Humanas, nº 10, p. 93 a 110, São Paulo, 1981.

Gramsci, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981

Gramsci, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.

Gramsci, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980

Kucinski, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo, Edusp, 2003.

Lahuerta, Milton. Gramsci e os intelectuais: entre

clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo) in Aggio, Alberto (Org). Gramsci, a vitalidade de um pensamento. São Paulo, Unesp, 1998.

Le Goff, Jacques. Os intelectuais na Idade Média. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2003

Portelli, Hughes. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

Scheufele, Dietram. Framing as a theory of media effects in Journal of Communication, 49, disponível em <http://joc.oupjournals.org>

Smith, Anne-Marie. Um acordo forçado, o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

Lino Geraldo Resende

# GRAMSCI

Jornais e intelectuais